



ENSAIOS



Movimento LGBT e Partidos Políticos

Construindo uma Agenda de Pesquisa

Cleyton Feitosa PEREIRA, *Universidade de Brasília*

Desde a redemocratização do Brasil, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) atuam nos partidos políticos e na política institucional visando à transformação social e a conquista de direitos. Com o advento das políticas públicas de direitos humanos LGBT e a transformação da agenda LGBT em “questão de Estado” a partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), intensificou-se a presença de LGBT nos partidos políticos visando a implementação de distintos projetos políticos na esfera estatal. Este ensaio pretende fazer um levantamento das principais produções acadêmicas que investigaram as conexões entre o Movimento LGBT e os Partidos Políticos no Brasil, observando seus recortes e achados e projetando novas agendas de pesquisa neste recente campo teórico e político.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Movimento LGBT. Partidos Políticos.



O Brasil tem assistido na sua história recente a elaboração e a implementação de políticas públicas afirmativas voltadas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Esse fenômeno recente é resultado de um conjunto de fatores sociais e de uma trajetória política protagonizada pelo Movimento LGBT, desde o seu surgimento, em meio a luta contra a ditadura militar, até os dias atuais após as quatro vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT) no âmbito do Governo Federal.

Para fins de caracterização deste Movimento, me reporto a Júlio Simões e Regina Facchini, para quem

O desabrochar de um movimento homossexual no Brasil se deu no final da década de 1970, com o surgimento de grupos voltados explicitamente à militância política, formados por pessoas que se identificavam como homossexuais (usando diferentes termos para tanto) e buscavam promover e difundir novas formas de representação da homossexualidade, contrapostas às conotações de sem-vergonhice, pecado, doença e degeneração (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 13).

A trajetória do ativismo LGBT no Brasil é permeada por mudanças e reconfigurações substanciais motivadas tanto pelas dinâmicas internas da militância quanto pelos fatores sociais externos, como as próprias reconfigurações do Estado brasileiro ou fatos e tratativas internacionais no âmbito dos direitos humanos LGBT. O fato é que este movimento social, por meio de sua organização política, tem desenvolvido forte incidência política em distintos setores da sociedade (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

De fato, mais que nunca, é possível vislumbrar a politização das identidades sexuais e de gênero em diferentes campos da sociedade, incluindo a mídia, significativo campo produtor de visibilidade (BUTTERMAN, 2012). É importante também reconhecer que a definição de Movimento LGBT também é algo aberto, inconcluso e em disputa, seja no ativismo, seja na academia.

Colling (2015), por exemplo, após realizar estudo com ativistas desse movimento em países como Argentina, Chile, Espanha e Portugal tece um conjunto de características que conformariam o Movimento



LGBT¹ e as confrontam com o que ele chama de Ativismos das Dissidências Sexuais e de Gênero ou Ativismo Queer.

Como é possível notar, há diferentes visões e definições sobre o Movimento LGBT e suas estratégias de ação política. Poderia trazer outras compreensões, inclusive. O campo do Movimento LGBT, assim como o dos estudos e pesquisas sobre gênero e sexualidade, se constituem como arenas em permanente disputa de sentidos, de projetos, de práticas e aspirações.

Para efeitos de compreensão, importa entender que o Movimento LGBT é um movimento rico, plural, composto por uma infinidade de sujeitos/as e práticas que visam, de um modo ou de outro, modificar o campo da cultura, efetivar e ampliar direitos e superar o quadro de violências motivadas pela discriminação e ódio contra aqueles/as que escapam às normas hegemônicas de gênero e de sexualidade, historicamente construídas no tecido social.

Ao fenômeno do ódio direcionado à população LGBT por muito tempo se nomeou de “homofobia” (BORRILLO, 2010). O uso do verbo “nomear” no passado ocorre porque há uma tendência, cada vez mais assimilada pela militância brasileira, em adotar o termo “LGBTfobia”² para expressar as violências dirigidas contra a população LGBT. Isso

1 Dentre as características apontadas por Leandro Colling, sob um olhar crítico, o Movimento LGBT atua enfaticamente na conquista de marcos legais como a do matrimônio igualitário, leis antidiscriminação (com caráter punitivo) e de identidade de gênero (aquelas que permitem a mudança de nome civil de pessoas travestis e transexuais). O autor critica essa ênfase nos marcos legais, pois para ele, os preconceitos nascem na cultura e por isso seria mais interessante atuar estrategicamente através de políticas e produtos culturais, uma vez que as leis modificam timidamente práticas preconceituosas. O Movimento LGBT “tenta forçar todas as pessoas não-heterossexuais e não-cisgêneras a se enquadrar em uma das identidades da sigla LGBT” (COLLING, 2015, p. 240), rejeitando aquelas que não possuem uma identidade fixa e homogênea ou que possuem identidades transitórias e fluidas. O Movimento LGBT, na tentativa de angariar direitos e respeito, flerta com valores heteronormativos, legitimando e fortalecendo princípios e práticas que estão na base da opressão sexista como a monogamia, a “discrição” e a negação de sujeitos/as e práticas mais dissidentes da heterossexualidade e da cisgeneridade. Além disso, o Movimento LGBT se caracteriza também pela sua forma de organização de cunho associativista, hierárquico, com a presença de um ou uma coordenadora, que lança mão de interlocuções com diferentes setores da sociedade de maneira menos transgressora (como notas, ofícios, comunicados ou abaixo-assinados) do que aquelas compreendidas como atos de desobediências civil (COLLING, 2015).

2 Essa nomenclatura, inclusive, foi aprovada pela Plenária Final da 3ª Conferência Nacional LGBT, ocorrida em Abril de 2016 em Brasília/DF, para expressar as violências perpetradas contra a população LGBT.



porque a palavra “homofobia” não abarcaria todas as identidades que compõem esse movimento social, reclamação feita em especial pelas lésbicas, travestis e homens e mulheres trans.

A literatura brasileira que versa sobre as conexões do Movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil ainda é pouca, sinalizando que este tema se constitui como um vasto campo a ser explorado pelos/as pesquisadores/as da área. Farei um breve esforço de apresentação dos recentes estudos que tem se debruçado sobre a participação política do Movimento LGBT nos partidos políticos.

Segundo De La Dehesa (2010) a “porta de entrada” de ativistas homossexuais brasileiros na política institucional remonta à década de 60 quando esses ativistas tiveram suas primeiras experiências políticas em grupos estudantis e outras organizações da resistência armada à ditadura militar. Esse dado é interessante, pois ele pode explicar a notável ligação do Movimento LGBT aos partidos políticos de esquerda na atualidade.

Um estudo que ganha destaque no resgate da história e da memória do Movimento LGBT em interface com a política institucional é o de Rodrigo Cruz que produziu uma dissertação intitulada *Do protesto às urnas: o movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)*. Nessa pesquisa, Cruz (2015) explora não somente a relação do recente movimento homossexual da década de 70 com as organizações de esquerda como também o engajamento e a participação do movimento nas primeiras eleições pós-ditadura militar no ano de 1982. “As campanhas de Edson Nunes, José Carlos Dias de Oliveira, Liszt Vieira, Caterina Coltai e João Baptista Breda apontaram um rol de possibilidades em termos de mobilização, expandindo os quadros interpretativos e repertórios de ação do movimento” (CRUZ, 2015, p. 168). É dessa relação, por exemplo, que nascem os esforços do ativismo em incluir o termo “orientação sexual” na Constituição Federal de 88, via José Genoíno do PT, na Assembleia Nacional Constituinte, além de outros episódios que marcam essa conexão (CRUZ, 2015).

É importante também fazer um esforço para criar uma nítida separação entre o que se entende pelo Movimento LGBT nos partidos políticos e a mera presença de homossexuais nestas instâncias: de maneira geral, o Movimento LGBT é composto por pessoas que construíram suas identidades a partir de suas trajetórias individuais (DAGNINO et al, 2006) no âmbito do ativismo e organizam sua vida



partidária em torno das lutas pela promoção da equidade de gênero e do reconhecimento da diversidade sexual. Esse recorte é necessário por entender que as identidades políticas LGBT se sobressaem às meras orientações sexuais e identidades de gênero, que, mesmo rompendo com a heterossexualidade dominante³, não significam a politização explícita da sexualidade e do corpo.

Para ilustrar essa distinção, lembro a figura do Deputado Federal Jean Wyllys (eleito pelo PSOL/RJ), publicamente reconhecido pelo seu ativismo parlamentar em torno das agendas de direitos humanos e cidadania LGBT, e do estilista e apresentador Clodovil Hernandez⁴, eleito para a Câmara Federal pelo Partido Trabalhista Cristão de São Paulo (PTC/SP) que se opunha às reivindicações clássicas do Movimento LGBT brasileiro⁵.

As disputas envolvendo o Movimento LGBT e os partidos políticos não ocorrem apenas entre ativistas e não-ativistas. Santos (2006) explorou essas disputas a partir do caso do “racha” do Movimento LGBT da cidade de São Paulo em 2002. O mesmo ocorreu quando o então Presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT), Beto de Jesus, lançou sua candidatura para Deputado Federal pelo PT e acabou sendo alvo de acusações pela Diretoria da Associação de utilizar a visibilidade obtida pela Parada para benefícios políticos pessoais.

3 Utilizo a expressão “heterossexualidade dominante” por concordar com Colling e Nogueira (2015) de que mais do que uma mera orientação sexual a heterossexualidade se constitui como um regime político.

4 Como pode ser visto na matéria “Clodovil diz ser contra união entre homossexuais”. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1192062-EI6682,00.html>. Acesso em: 31/08/2017. Ou no vídeo on-line intitulado “Clodovil é vaiado por movimento gay”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YLnXn9LpwuU>. Acesso em: 31/08/2017.

5 Não é de hoje que ocorrem tensões entre a militância LGBT e figuras políticas LGBT que não construíram suas trajetórias no ativismo ou que não se identificam com ele. Um exemplo dessa tensão foi o caso da Vereadora Môa (PR/ES), mulher trans do município de Nova Venécia/ES que virou alvo de uma nota de repúdio⁶ do Fórum Estadual em Defesa dos Direitos e Cidadania de LGBT do Espírito Santo por ter dado supostas declarações contra o casamento gay e defender políticos evangélicos que possuem histórico de oposição aos direitos LGBT, como o Senador Magno Malta do mesmo partido e estado (PR/ES). Outra ilustração é o caso do Vereador de Caruaru/PE Jailson Soares, o “Jajá” (PSDC) que após ficar conhecido como o primeiro vereador homossexual da Câmara Municipal de Caruaru, declarou que não representaria o Movimento LGBT pelo fato de ter sido eleito pela população heterossexual do município.



O conceito de “múltiplas filiações” de Mische (1997; 2001; 2008) em forte articulação com o conceito de “trânsitos” explorado por Feltran (2006) nos auxilia a compreender o acúmulo de vínculos políticos por parte de ativistas (ONG, partidos políticos, sindicatos, grupos e coletivos, entre outros), bem como as movimentações e deslocamentos que sujeitos/as políticos/as desenvolvem na vida pública, ora encarnando o lugar e os interesses da sociedade civil, ora dos partidos políticos e também do próprio Estado. Essas múltiplas filiações não estão imunes à diferentes disputas e interesses organizacionais, provocando determinadas tensões e choques entre organizações e ativistas.

Em relação à produção teórica desenvolvida no Brasil sobre as conexões entre o Movimento LGBT e os partidos políticos, há a pesquisa de Marques da Silva (2008) cujo trabalho analisa essa relação a partir da atuação parlamentar na Câmara Federal, focando ações e iniciativas desenvolvidas pelas Frentes Mista pela Livre Expressão Sexual e Mista pela Cidadania GLBT⁶. E conclui:

Os dados obtidos demonstram entrelaçamento e interlocução crescente entre os partidos e o Movimento LGBT. Não uma capilaridade instituída por estatutos ou programas, porém aquela do face a face, do jogo que se constitui jogando, baseado em um cálculo político individual (SILVA, 2008, p. 108).

O seu estudo indica que, embora parte do Movimento LGBT, sobretudo aqueles/as a quem Colling (2015) nomeia de “ativismos das dissidências sexuais” ou “ativismos queer”, sejam refratários/as às regras e ao jogo da política institucional, o Movimento LGBT brasileiro, principalmente o de caráter associativista, tem se apropriado das dinâmicas da política institucional e optado por incidir politicamente sobre os seus agentes.

Outro pesquisador que tem se debruçado sobre a temática é Santos (2016a; 2016b). Em seu trabalho (2016a), ele analisa as candidaturas de LGBT no Brasil entre os anos de 2002 a 2012 com base em dados da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e apresenta um rico perfil desse tipo

6 Sigla utilizada pelo Movimento LGBT na época da criação dessa Frente Parlamentar.



específico de candidaturas no país⁷. Além da nítida sub-representação da população LGBT nos espaços de poder, semelhantemente às mulheres (MIGUEL e BIROLI, 2010) e aos/às negros/as (CAMPOS e MACHADO, 2015), o autor constata que tais candidaturas ocupam uma posição periférica no campo político, uma vez que a maioria pleiteou o cargo de vereador, cargo esse notadamente em posição inferior na hierarquia das carreiras políticas (por demandar o menor quantitativo de votos para o êxito eleitoral e possuir a menor influência política) quando comparado a outros cargos elegíveis. Mesmo concorrendo ao cargo de vereador, a taxa de êxito eleitoral envolvendo a população LGBT é baixa.

Já em outro trabalho intitulado *Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil*, Santos (2016b) apresenta significativas análises das relações entre as duas instâncias. Em um primeiro momento, o autor explora as tensões entre ativistas LGBT e a esquerda partidária desde a abertura política no contexto da redemocratização até a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na segunda parte do texto, ele apresenta o posicionamento dos partidos políticos em relação às temáticas da orientação sexual e identidade de gênero radiografando a presença de núcleos LGBT organizados no interior dos partidos, considerada também baixa quando comparado ao quantitativo total de partidos políticos atualmente existentes no Brasil. Em um terceiro momento do trabalho, Santos (2016b) analisa o comportamento dos partidos políticos no Congresso Nacional a partir das propostas de lei que visavam garantir direitos à população LGBT apresentadas desde a Assembleia Nacional Constituinte até o Governo Lula.

Ainda sobre as interfaces entre Movimento LGBT e partidos políticos, vale a pena ler o artigo de Fabiano Gontijo (2014) que narra a história de vida de Katia Tapety⁸, primeira travesti eleita para o cargo de vereadora ainda em 1992 pelo então Partido da Frente Liberal, na

7 Sua pesquisa descobriu ao longo desse período (2002-2012) 293 candidaturas LGBT, sendo 159 gays, 76 travestis e transexuais, 51 lésbicas e 7 candidatos/as bissexuais. Seus achados apontam que houve um aumento considerável dessas candidaturas de 2002 a 2012 (122% no caso de eleições gerais - deputados/as, senadores/as, governadores/as e presidentes/as - e 1630% no caso de eleições locais - vereadores/as e prefeitos/as). Outro dado sobre o perfil desses/as candidatos/as é o de que a maioria é composta por pessoas do sexo biológico masculino (78,2%) reproduzindo as assimetrias de gênero na arena política brasileira.

8 Kátia Tapety também ganhou um documentário próprio que apresenta a sua história e a sua rotina no Sertão Piauiense, chamado “Kátia” cuja produção foi dirigida por Karla Holanda.



pequena cidade de Colônia do Piauí (PI). Katia que exerce intensa atividade comunitária viria a ser reeleita em 1996, em 2000 (tornando-se Presidenta daquela Câmara Municipal nesse mandato) e eleita Vice-Prefeita de Colônia do Piauí entre os anos de 2004 a 2008.

O debate das conexões entre o Movimento LGBT e os partidos políticos precisa ser desenvolvido com base nas discussões teóricas sobre a democracia e as desigualdades (MIGUEL, 2016) na medida em que há um conjunto de pesquisas que refletem sobre as contradições dos regimes democráticos (que preveem a igualdade formal) e as enormes clivagens e assimetrias que conformam a nossa sociedade. É notável, sobretudo no caso de segmentos vulneráveis como é o caso da população LGBT, como as iniquidades sociais se estendem aos direitos políticos e à arena institucional, dificultando a inserção e a representação dos anseios cidadãos desse segmento nos espaços de poder e nas instituições democráticas como o parlamento.

Nessa direção, os estudos sobre as conexões entre a população LGBT e os partidos políticos se justificam, sobretudo, pela necessidade de superação das violações de direitos políticos que se configuram como violações de direitos humanos. Justificam-se também pela urgência em construirmos cidadanias mais plenas e regimes democráticos, de fato, democráticos. Assim, a agenda de pesquisa sobre LGBT e partidos no Brasil se constitui como um terreno carente e ao mesmo tempo fértil de análises e inferências.

Os trabalhos levantados aqui focaram principalmente a política eleitoral e o parlamento (com ênfase em candidaturas e comportamento político parlamentar). Tais trabalhos pavimentaram caminhos para aprofundarmos um conjunto de questões ainda em aberto como a organização dos setoriais LGBT partidários (pesquisa que atualmente desenvolvo no meu doutoramento), a partidarização do Movimento LGBT, as coalizões partidárias e seus reflexos nas políticas públicas LGBT, as dimensões substantiva e descritiva da representação política LGBT (PITKIN, 1967), a adoção de políticas de presença como cotas partidárias ou parlamentares, por exemplo (PHILLIPS, 1995), o tratamento partidário às campanhas eleitorais de LGBT, as tensões e disputas internas nos partidos políticos e nas múltiplas filiações, dentre muitos outros problemas a serem respondidos.



Referências

- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BUTTERMAN, Steve. **Invisibilidade vigilante**: representações midiáticas da maior parada gay do planeta. São Paulo: nVersos, 2012.
- CAMPOS, Luis Augusto; MACHADO, Carlos; A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 16, pp. 121-151, janeiro/abril, 2015.
- COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.
- CRUZ, Rodrigo Rodrigues. **Do protesto às urnas**: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982). 188f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos. 2015.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DE LA DEHESA, Rafael. **Queering the Public Sphere in Mexico and Brazil**: Sexual rights movements in emergence democracies. NC: Duke University Press, 2010.
- FELTRAN, Gabriel dos Santis. Deslocamentos: trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. (Orgs.) **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GONTIJO, Fabiano. Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, pp. 299-319, jul./dez., 2014.



MIGUEL, Luis Felipe. **Desigualdades e democracia**: o debate da teoria política. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, p. 653-679, 2010.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: Redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5, pp. 134, mai./ago. 1997.

_____. Juggling multiple futures: personal and collective project-formation among Brazilian youth leaders. In: BARKER, Colin; JOHNSON, Alan; LAVALETTE, Michael. **Leadership and social movements**. Manchester: Manchester University Press, 2001

_____. **Partisan Publics**: communication and contention across Brazilian youth activist networks. Nova Jersey, Princeton University Press, 2008.

PHILIPS, Anne. **The politics of presence**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PITKIN, Hannah F. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade Sexual, Partidos Políticos e Eleições no Brasil Contemporâneo. In. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 20, maio-agosto, 2016a.

_____. **Estado, Projetos Políticos e Trajetórias Individuais**: Um estudo com as lideranças homossexuais na cidade de São Paulo. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2013.

_____. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v., n. 1, pp. 179-212, jan-jun, 2016b.

SILVA, Vera Lúcia Marques da. **Da espetacularização à agenda política**: Uma leitura política do Movimento LGBT. 126f. Dissertação



(Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

**Cleyton Feitosa PEREIRA**

Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) com bolsa da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA). É autor do livro 'Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil' (Editora Appris, 2017). Foi consultor da Unesco atuando na organização da 3ª Conferência Nacional LGBT (2016); Membro do Conselho Nacional LGBT - CNCD/LGBT (2015); Tutor no curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos da UFPE - EEDH/UFPE (2014-2015) e Assessor de Políticas LGBT na Prefeitura Municipal de Caruaru (2013-2014). É membro dos grupos de pesquisa (CNPq) RESOCIE - Repensando as Relações entre Sociedade e Estado (Doutorado), DIVERSIONES - Direitos Humanos, Poder e Cultura em Gênero e Sexualidade (Mestrado) e Movimentos Sociais, Educação e Diversidade na América Latina (Graduação).

Recebido em: 31/08/2017

Aprovado em: 08/11/2017